

**PROCURAÇÃO**  
**"AD JUDICIA ET EXTRA"**

**OUTORGANTE:**

Marcio Severo de Castro, Brasileiro,  
Solteiro, inscrito no CPF/MF 052.448.754-19, residente na  
Rua Presidente Castelo Branco, 79 55621-100  
Bairro Bon Jardim - Mossoró - RN.

**OUTORGADO:**

Pelo presente instrumento de procuração ao final assinada, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os senhores doutores **ARIONE MALA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o n. 2.027 e **JERONIMO AZEVEDO BOLÃO NETO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o n. 12.096, com endereço profissional na Avenida Alberto Maranhão, n. 2.377, Sala 102, 1º andar, Condomínio Empresarial Marli Rebouças, Bairro Centro - Mossoró/RN, a quem confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com as cláusulas *ad judicium Et Extra*, a fim de que possa defender os interesses e direito do outorgante perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou paraestatal, propondo ação competente em que o outorgado seja autor ou reclamante ou defendendo quando for réu interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer, inventário, ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declarações, receber citação, igualmente para o fim do disposto nos artigos 447 e 448, do Código de Processo Civil, bem como substabelecer o presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgante.

Mossoró/RN, 05 de março de 2016.

Marcio Severo de Castro

**OUTORGANTE**



**PROCURAÇÃO**  
**“AD JUDICIA ET EXTRA”**

**OUTORGANTE:**

Marcio Severo de Castro, Brasileiro,  
Solteiro, inscrito no CPF/MF 052.448.754-19, residente na  
Rua: Presidente Castelo Branco, 79 59621-100

**OUTORGADO:**

Pelo presente instrumento de procuração ao final assinada, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os senhores doutores **ARIONE MAIA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o n. 2.027 e **JERONIMO AZEVEDO BOLÃO NETO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o n. 12.096, com endereço profissional na Avenida Alberto Maranhão, n. 2.377, Sala 102, 1º andar, Condomínio Empresarial Marli Rebouças, Bairro Centro – Mossoró/RN, a quem confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com as cláusulas *ad judicia Et Extra*, a fim de que possa defender os interesses e direito do outorgante perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou paraestatal, propondo ação competente em que o outorgado seja autor ou reclamante ou defendendo quando for réu interessado ou requerido, podendo **reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer, inventário, ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declarações, receber citação, igualmente para o fim do disposto nos artigos 447 e 448, do Código de Processo Civil**, bem como substabelecer o presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgante.

Mossoró/RN, 05 de maio de 2016.

Marcio Severo de Castro

**OUTORGANTE**



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) Marcio Senno da Costa,  
brasileiro(a), portador(a) do RG nº 2.453.656 e do CPF nº  
058.448.754-19, residente e domiciliado(a) na  
Rua: Presidente Castelo  
Bairro: 79 Bom Jardim, DECLARA nos termos  
da Lei nº 1060/50, que é pobre na forma desta lei, não dispondo de meios  
que possibilitem a custear as despesas processuais na AÇÃO DE  
COBRANÇA, perante a Comarca de Mossoró-RN. Afirma ainda,  
ser sabedor(a) das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos  
fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoró /RN, 05 / 03 / 2016.

Marcio Senno da Costa  
DECLARANTE







## TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários e relativos, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, e seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

ESTA CARTEIRA CONTEM 50 PÁGINAS NUMERADAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

130.82139.64-6

NÚMERO

9974343

SERIE

001-0

UF

RN

*Marcelo Severo de Azevedo*

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO





<div style="display: flex; justify-content: space-between; border-bottom: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"> <span>02</span> <span><b>QUALIFICAÇÃO CIVIL</b></span> </div> <div style="text-align: center; border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;"> <b>BRASILEIRO</b> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 20px;"> <div style="width: 45%;"> <p><b>NOME</b> MARCIO SEVERO DA COSTA</p> <p>LOG DE NASC. NATAL - RN</p> <p>FILHO DE FRANCISCA SEVERO DA COSTA</p> <p>DOC APRESENTADO RG 002453556 SSP RN</p> <p>ESTADO CIVIL SOLTEIRO</p> <p>LEI Nº 9.096 DE 15 DE MARÇO DE 1996</p> <p>RG 002453556</p> </div> <div style="width: 45%; text-align: right;"> <p>CPF 058.448.754-19</p> <p>LOCAL DE EMISSÃO: CENTRAL DO CIDADÃO NOSSORO RN</p> <p>EMISSION: 21/02/2006</p> <p><i>Assinado por S. Costa</i></p> <p>ASSINADO POR S. Costa</p> </div> </div>
--



08 24.995.851/0001-03

EMPREGADORA ROSÁRIO EDIFICAÇÕES E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

CNPJ 24.995.851/0001-03  
R. Vicente Leite, 415  
Planalto 13 de Maio - CEP: 59633-240  
Mossoró - RN

MUNICÍPIO  
ESP. DO ESTABELECIMENTO CONSTRUÇÃO CIVIL  
CARGO SERVENTE DE OBRAS

DATA DE ADMISSÃO 13 maio 2011

PROSALTO  
RETRATAMENTO 15.500,00 (QUINZE MIL E CINCO CENTOS)

VINTE E CINCO CENTOS

DATA DE ASSINATURA 16 maio 2011  
EPAV ROSÁRIO E PAU LTDA

Assinatura de Manoel Vieira Neto  
CPF: 752.405.174-53  
GÉREnte

COPIA DISPENSA CD Nº  
RGIS Nº DA CONTRA

Ver Pag 31

09 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADORA 04.570.557/0006-89  
COMERCIAL M. E. LTDA.

CNPJ 04.570.557/0006-89  
Rua Coronel Gurgel, 434  
Centro

MUNICÍPIO CEP: 59.600-200  
ESP. DO ESTABELECIMENTO Mossoró/RN

CARGO Auxiliar de Depósito

DATA DE ADMISSÃO 07 Dezembro 11

REGRAS 02  
REMUNERAÇÃO 2.800,00 (dois mil e oitocentos)

COMERCIAL M. E. LTDA  
Manoel Vieira Neto  
CPF: 752.405.174-53

DATA DE ASSINATURA 16 maio 2011  
Manoel Vieira Neto  
CPF: 752.405.174-53  
PP Aprovado

COPIA DISPENSA CD Nº  
RGIS Nº DA CONTRA







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.478, de 25/04/02

NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA  
Companhia Energética do Rio Grande do Norte  
Rua Manoel 159, Zúlia, Natal, RN - CEP 59025-250  
CNPJ 08.024.180/0001-01 | Insc. Est. 25.551.99-6 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE  
MIRIADE FÁTIMA DA SILVA BATISTA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA PREZIDENTE ARISTÓTELES BRAGA, 103

CPF 085.919.714-52 NIS 002177751

B.M. JARDIM - FEA URBANA  
MANSÃO RN  
EPC-21-100

CLASSIFICAÇÃO  
1ª RESIDENCIAL  
BANDA REVELAÇÃO  
MONOFÁSICA

CÓDIGO CONTRATO  
0491380012 MÊS/ANO  
09/2015

DATA DE VENCIMENTO  
25/09/2015 DATA DE INÍCIO DA LEITURA  
20/10/2015

Nº DA NOTA FISCAL  
00058775

SÉRIE  
LTVL -

EMISSÃO  
18/09/2015

APRESENTAÇÃO  
18/09/2015

Nº DO CLIENTE  
2552677

Nº DA INSTALAÇÃO  
51.97

DESCRIÇÃO DA QUANTIDADE	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo médio de 31 kWh	31,000000	0,16297864	4,86
Consumo médio superior a 30 de 102 kWh	70,000000	0,27949195	19,55
Consumo médio superior a 100 de 220 kWh	31,000000	0,41908763	12,99
Acréscimo Bandeira VERMELHA			4,52
Contribuição Iluminação Pública			4,54
ICMS Parcela Subvencionada			2,65
Multa por atraso - RF 000847507 - 19/09/15			0,35
Juros por atraso - RF 000847507 - 19/09/15			0,08

Nº DO MEDIDOR	Tipo da Função	Anterior	Data	Leitura	Anterior	Data	Leitura	Nº de Constante	Unidade
15267	119	15267	15/09/15	15267	15267	15/09/15	15267	15267	15267

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	RS	%
Geração de Energia	1,47	4,12
Transmissão	1,92	5,21
Distribuição (Custos)	5,78	15,74
Distribuição (Custos)	7,08	19,31
Iluminação	8,62	23,31
Total	47,24	100

RESERVADO AO FISCAL  
EPP 04.943.904/0001-01

IMPORTANTES  
Este documento é uma cópia eletrônica da Nota Fiscal emitida pelo sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas da Cosern.

NOTA FISCAL  
Este documento é uma cópia eletrônica da Nota Fiscal emitida pelo sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas da Cosern.

DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRODUTOS	3,03	1,14	3,45	3,45
PRODUTOS	3,03	1,14	3,45	3,45

Fátima  
98833-1651  
99302667  
986112230  
moreno





SAMU  
MOSSORÓ  
192

Prefeitura Municipal de Mossoró  
Secretaria Municipal da Saúde  
SAMU MOSSORÓ 192

### DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA

Mossoró 05 de Fevereiro de 2016

Em resposta a solicitação do (a) Sr (a) **MARCIO SEVERO DA COSTA, RG 002.453.656** passo a informar o que consta em nosso registro.

Identificação da ocorrência: S/N

Nome do Paciente: **MARCIO SEVERO DA COSTA**, 30 anos.

Data: 27.01.2016

Local da ocorrência: Rua: Francisco Solon.

Viatura: USB – Unidade de Suporte Básico I.


Hora do Chamado: 11h 55min.

Natureza da Ocorrência: Colisão de moto x moto.

Procedimento no Local: Paciente socorrido de acordo com os protocolos SAMU, encaminhado para o Hospital Regional Tarcísio Maia, conforme regulação médica.

  
Sylvania do Monte Santiago

Agente administrativo SAMU/Mossoró

  
Ananda Ruth de Paula Góis

Diretora do SAMU/Mossoró

SAMU – Mossoró  
Rua: Seis de Janeiro, 509 – Santo Antonio – CEP: 59611-070 – Mossoró - RN  
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915  
e-mail: [samumossoro@hotmail.com](mailto:samumossoro@hotmail.com)





Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSA NETO

REGISTRO N°  
2.547.520

Sama

### PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: Mario Sampaio Costa D. N.     /     /     Idade: 30-4  
Profissão:     Cartão SUS n°      
Endereço: Rua: Presidente Costa Branco 79 Bairro: Bomolão  
Cidade: Monte das U.F. RN Fone:      
Filiação: Mãe:     Pai:    

Data: 27/01/2016 Hora: 12:15h A.C.C.R.:    

#### 1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Paciente vítima de colisão moto x moto. há aprox. 45 min.  
Altera uso de capacete, que saiu na hora da queda.  
Negar perda de consciência, náuseas ou vômitos.  
Queixa-se de dor, dor em região occipital e ombro braço Esq.  
Trazido com petroleo.  
Negar alergia medicamentosa.

#### 2 - EXAME FÍSICO

PA = 160 x 100 mmHg

A: VAP, A cervicalgia.

B: MV+, simétrico, tórax estável.

C: hemod. estável. FC: 89 bpm.

D: GIS, PIER.

E: insuflação em braço direito.

dor e dificuldade de movimentar MMSS esquerdo.

hematoma subgaleal em região occipital.

ABD: doloroso à palpação em hipocôndrio e FI esquerda.  
A/ sinais de irritação.

Pele estável.


#### 3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Politrauma

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTA CONFORME ORIGINAL  
SOME MOSSORÓ  
SOME TÁRQUIMO  
27/01/16





	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL POLÍCIA MILITAR COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL 2º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL SETOR DE TRÁFEGO	VISTO 04 MAR 2016 Júlio Cesar de Oliveira Soares 1º Ten PM Mat.: 194.177-1 - RG: 16118

### DECLARAÇÃO N°. 02.285-2016

- 1) **REFERÊNCIA:** Presença física de Marcio Severo da Costa (Declarante).  
LOCAL DO SINISTRO: Rua: Av. Francisco Sólton, Boa Vista, Mossoró/RN.  
DATA: 27/01/2016; HORA: 11h10min.
- 2) **VÍTIMA:**  
CONDUCTORA: Marcio Severo da Costa; CPF: 058.448.754-19 RG: 002.453.656
- 3) **CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO (V-1):**  
MARCA: HONDA MODELO: CG 150 TITAN PLACA: HXD8392 ANO: 2015 COR: PRETA  
CHASSI: 9C2KC15209R006885 PROPRIETÁRIO: MARCIO SEVERO DA COSTA
- 4) **AGENTE RESPONSÁVEL:**  
1º Tenente PM, RG:16.178, JULIO CESAR DE OLIVEIRA SOARES, Matrícula: 194.177-1.

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o senhor Marcio Severo da Costa acima qualificado no dia 25/02/2016 às 10h50min compareceu a sede do 2ºDPRE onde o mesmo alega que no dia 27/01/2016 aproximadamente às 11h10min vinha no veículo e no endereço acima mencionado quando perdeu o controle do mesmo após colidir contra outra motocicleta de placa não anotada, com o impacto sofreu varias lesões e foi ao hospital, conduzido pelo SAMU.


Obs.: As informações do documento tem como base a declaração da vítima (declarante), e o prontuário de atendimento hospitalar nº 2.547.520 emitido pelo Hospital Regional Tarcisio de Vasconcelos Maia.

**Informamos que:**

- a) Que o referido documento não substitui o Boletim de Ocorrência de Trânsito;  
b) A confecção deste documento atende a previsão do direito a petição do art.5, inciso XXXIV, alínea "a", da constituição Federal. Os agentes de trânsito não estavam no momento da ocorrência;  
c) Este documento apenas narra os fatos trazidos pelo declarante;  
d) As informações contidas na narrativa do declarante são de sua inteira responsabilidade, sob pena de responder pelos crimes dos Artigos 299 (Falsidade Ideológica) e 342 (Falso testemunho). Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou interpretar em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral do Código Penal Brasileiro.

Mossoró/RN 25 de fevereiro de 2016

  
Marcio Severo da Costa (declarante)

  
1º Ten PM Júlio César - Chefe do Setor de Tráfego/2º DPRE







(1)

Buscar no site

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

## ACESSIBILIDADE

 (/Pages A A 0)

/Acessibilidade.aspx)

 (/Pages/Atalhos-  
COMO PEDIR INDENIZAÇÃO  
de-Teclado.aspx)Documentos Despesas  
Médicas (/Pages  
/Documentacao-  
Despesas-  
Medicas.aspx)Documentos Invalidez  
Permanente (/Pages  
/Documentacao-  
Invalidez-  
Permanente.aspx)Documento Morte  
(/Pages  
/Documentacao-  
Morte.aspx)Dicas Indispensáveis  
(/Pages/Dicas-  
Indispensaveis-  
Para-Pedir-  
a-Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3160451422 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** MARCIO SEVERO DA COSTA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO**

SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO

**BENEFICIÁRIO** MARCIO SEVERO DA COSTA**CPF/CNPJ:** 05844875419**Posição em 07-06-2017 14:03:08**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

## PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages  
/Pague-Seguro.aspx)Consulta a Pagamentos  
Efetuados (/Pages  
/Consulta-  
a-Pagamentos-  
Efetuados.aspx)Informações Gerais  
(/Pages/Informacoes-  
Gerais-Sobre-  
o-Pagamento.aspx)

07/06/2017 14:04



Assinado eletronicamente por: ULISSES DE ALMEIDA JUNIOR - 04/06/2018 18:20:22

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18060418185888200000026233505>

Número do documento: 18060418185888200000026233505

INCLUIR SUBSTABELECIMENTO



### SUBSTABELECIMENTO

JERONIMO AZEVEDO B. NETO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB RN sob o n. 12096, substabelece os poderes outorgados nos autos do processo sob o n. 0809952-19.2018.8.20-5106 presente feito, o que faz **sem reservas**, na pessoa de **ULISSES DE ALMEIDA JUNIOR**, advogado, brasileiro, portador do RG n. 893.960, CPF n. 393.016. 214-87, inscrito na OAB/RN 12.011, com endereço profissional na Rua Jose Damiao, 115, Bairro Santo Antonio, Mossoro-RN, dando tudo por firme e valioso, especialmente para patrocinar na defesa do outorgante, podendo praticar todos os atos necessários.

Mossoro-RN, 04 de junho de 2018.

Jeronimo Azevedo B. Neto

OAB RN 12096



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º andar, Costa e Silva - 59625-410 - Mossoró/RN - Fone: 84-3315-7181

0809952-19.2018.8.20.5106

DECISÃO

Vistos etc.

Considerando o que estabelece o art. 2º, I, da Resolução nº 29/2017-TJ, de 09 de agosto de 2017, que dispõe sobre a alteração de competência da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, para, privativamente processar e julgar os feitos relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), remetam-se os presentes autos ao Juízo da 6ª Vara Cível desta Comarca.

Publique-se. Intimem-se.

Mossoró/RN, 5 de junho de 2018

CARLA VIRGINIA PORTELA DA SILVA ARAUJO

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0809952-19.2018.8.20.5106

#### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfeitibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 30(trinta) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem os autos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 18 de junho de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

**CITAÇÃO**

Processo nº 0809952-19.2018.8.20.5106

Ao (À): Srº(Srª):

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
**Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 ANDAR, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

De ordem do Exmo(a). Sr(a). DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, nos autos nº 0809952-19.2018.8.20.5106, em que MARCIO SEVERO DA COSTA, move em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., na forma da lei e em conformidade com o despacho judicial, proferido nos autos do processo acima identificado, fica Vossa Senhoria CITADA para oferecer resposta (pelo portal abaixo descrito e por advogado) ao pedido contido na referida ação, bem como informar se há possibilidade de acordo, tudo no prazo legal de 15 (quinze) dias, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

**ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.

**Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a juntada de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.**

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 5,0 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".



Mossoró/RN, 20 de agosto de 2018

Assinado digitalmente (Lei nº 11.419/06)

**ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS**

Auxiliar Técnica

Visualização das peças do respectivo processo se dará através das chaves de acesso descritos na tabela abaixo, acessando-as através do sítio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, no endereço [www.tjrn.jus.br](http://www.tjrn.jus.br) ( link *PJE / Autenticidade de documentos / Consultar nº do documento* ) ou <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>.

***Documentos associados ao processo***

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Chave de acesso**</b>
Petição Inicial	Petição Inicial	18060418201586400000026233426
PETIÇÃO INICIAL	Petição Inicial	18060418171283800000026233466
PROCURAÇÃO AD JUDICIA	Procuração	18060418175217800000026233481
PRONTUÁRIOS, BOLETIM E OUTROS	Documento de Comprovação	18060418185888200000026233505
Substabelecimento	Substabelecimento	18060418253969400000026233576
SUBSTABELECIMENTO	Substabelecimento	18060418245300700000026233583
Decisão	Decisão	18060514165290600000026319740
Despacho	Despacho	18062316063729200000026923121





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

**CERTIDÃO**

( Com base no art. 6º da Portaria Conjunta nº 016-TJ, de 23 de março de 2018)

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que a Citação de ID 30790195 foi disponibilizado no DJE nº 3068877, de 20/08/2018 e conforme resolução nº 034/2007-TJRN, de 18 de outubro de 2007, **PUBLICADO no dia 21/08/2018**, no DJE.

Mossoró/RN, 21 de agosto de 2018

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnica





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

**Processo nº:** 0809952-19.2018.8.20.5106

**Ação:** PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

**Parte Autora:** MARCIO SEVERO DA COSTA

**Parte Ré:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico que decorreu o prazo, sem manifestação da parte ré.

Mossoró/RN, 30 de outubro de 2018

JOAO BATISTA DE AQUINO JUNIOR

Chefe de Secretaria

**CONCLUSÃO**



NESTA DATA, faço conclusão destes autos.

Mossoró/RN, 30 de outubro de 2018

JOAO BATISTA DE AQUINO JUNIOR

Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

Processo nº: 0809952-19.2018.8.20.5106

AUTOR: MARCIO SEVERO DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Decisão**

Em certidão retro, foi certificada a ausência de manifestação pela parte demandada, em razão disto, passo às seguintes considerações.

O Tribunal de Justiça do RN, editou a portaria conjunta nº 16/TJ, de 23 de março de 2018a qual instituiu o cadastro de pessoas jurídicas de direito privado, para fins de citação e intimação eletrônica nos processos que tramitam no Sistema Judicial Eletrônico – Pje no âmbito do Poder Judiciário do Estado.

O §1º do artigo 1 da Portaria assim dispõe:

*“Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, é obrigatório que as empresas públicas e privadas, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, seus municípios, as entidades da administração indireta, o Ministério público, a Defensoria Pública e Advocacia Pública, efetuem seu cadastro no SISCAD-PJ, caso ainda não tenham órgãos de representação cadastrados no sistema PJs(1º e 2º graus), no prazo de 60(sessenta) dias, para efeito de recebimento de citações e intimações eletronicamente, conforme o disposto nos artigos 246, §§1º e 2º do artigo 270, parágrafo único, do Código de Processo Civil.*





*O §2º prevê que as filiais podem ser cadastradas pela empresa ou entidade matriz.*

Com base nesta portaria, a secretaria unificada desta comarca passou a proceder a citação via Diário da Justiça Eletrônica por volta do dia 13 de agosto de 2018.

Contudo, a empresa demandada SEGURADORA LÍDER, não se encontra cadastrada nos termos da portaria, desta feita, não pode ser portanto penalizada com a decretação da revelia em razão de possível nulidade de citação. Em razão desta situação, foi determinada a expedição de ofício à demandada para providenciar o seu cadastro, bem como encaminhada listagem dos processos onde houveram citações eletrônicas, para que seus causídicos se habilitassem e apresentassem resposta.

Considerando que o ofício enviado foi recebido pela seguradora no dia 08 de novembro de 2018, como comprovado mediante acompanhamento deste gabinete, determino o seguinte:

- 1) a devolução do processo para secretaria para aguardar o decurso do prazo de vinte dias para as devidas habilitações e cadastro no PJE.
- 2) em seguida, a intimação via Diário de Justiça Eletrônica, da empresa demandada, para querendo apresentarem contestação no prazo legal.
- 3) No caso dos processos em que tenham havido já a habilitação e apresentação de resposta, desconsiderar os itens 1) e 2) e fazer a conclusão dos autos.

Publique-se. Registre-se e intimem-se.

Mossoró/RN, 14 de novembro de 2018.

**Daniela Rosado do Amaral Duarte**



Juíza de Direito em substituição legal  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

Processo nº: 0809952-19.2018.8.20.5106

AUTOR: MARCIO SEVERO DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### Decisão

Em certidão retro, foi certificada a ausência de manifestação pela parte demandada, em razão disto, passo às seguintes considerações.

O Tribunal de Justiça do RN, editou a portaria conjunta nº 16/TJ, de 23 de março de 2018a qual instituiu o cadastro de pessoas jurídicas de direito privado, para fins de citação e intimação eletrônica nos processos que tramitam no Sistema Judicial Eletrônico – Pje no âmbito do Poder Judiciário do Estado.

O §1º do artigo 1 da Portaria assim dispõe:

*“Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, é obrigatório que as empresas públicas e privadas, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, seus municípios, as entidades da administração indireta, o Ministério público, a Defensoria Pública e Advocacia Pública, efetuem seu cadastro no SISCAD-PJ, caso ainda não tenham órgãos de representação cadastrados no sistema PJs(1º e 2º graus), no prazo de 60(sessenta) dias, para efeito de recebimento de citações e intimações eletronicamente, conforme o disposto nos artigos 246, §§1º e 2º do artigo 270, parágrafo único, do Código de Processo Civil.*



*O §2º prevê que as filiais podem ser cadastradas pela empresa ou entidade matriz.*

Com base nesta portaria, a secretaria unificada desta comarca passou a proceder a citação via Diário da Justiça Eletrônica por volta do dia 13 de agosto de 2018.

Contudo, a empresa demandada SEGURADORA LÍDER, não se encontra cadastrada nos termos da portaria, desta feita, não pode ser portanto penalizada com a decretação da revelia em razão de possível nulidade de citação. Em razão desta situação, foi determinada a expedição de ofício à demandada para providenciar o seu cadastro, bem como encaminhada listagem dos processos onde houveram citações eletrônicas, para que seus causídicos se habilitassem e apresentassem resposta.

Considerando que o ofício enviado foi recebido pela seguradora no dia 08 de novembro de 2018, como comprovado mediante acompanhamento deste gabinete, determino o seguinte:

- 1) a devolução do processo para secretaria para aguardar o decurso do prazo de vinte dias para as devidas habilitações e cadastro no PJE.
- 2) em seguida, a intimação via Diário de Justiça Eletrônica, da empresa demandada, para querendo apresentarem contestação no prazo legal.
- 3) No caso dos processos em que tenham havido já a habilitação e apresentação de resposta, desconsiderar os itens 1) e 2) e fazer a conclusão dos autos.

Publique-se. Registre-se e intimem-se.

Mossoró/RN, 14 de novembro de 2018.

**Daniela Rosado do Amaral Duarte**



Juíza de Direito em substituição legal  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

Processo nº: 0809952-19.2018.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Parte Autora: MARCIO SEVERO DA COSTA

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico que decorreu o prazo de 20 (vinte) dias sem que a parte ré tenha se habilitado nos autos do presente feito. Outrossim, conforme Decisão de ID 34724694, remeto os presentes para proceder a intimação da requerida via DJE.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 04 de abril de 2019

ANTONIO CEZAR MORAIS

Chefe de Secretaria









PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva, Mossoró-RN

PROCESSO N 0809952-19.2018.8.20.5106

### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que a decisão retro foi disponibilizada no DJE nº 03291118, de 15/04/2019 e, conforme resolução nº 034/2007-TJRN, **PUBLICADO no dia 16/04/2019.**

MICHELY SYONARA LIMA FERNANDES

Auxiliar Técnico(a)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

**Processo nº:** 0809952-19.2018.8.20.5106

**Ação:** PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

**Parte Autora:** MARCIO SEVERO DA COSTA

**Parte Ré:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que decorreu o prazo legal sem que a parte demandada tenha apresentado contestação na presente ação, apesar de devidamente citada pelo DJE, conforme o ID 42029032. Pelo exposto, faço os autos conclusos.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 7 de maio de 2019

ANGELA MARIA SOARES DA COSTA

Chefe de Secretaria



**CONCLUSÃO**

NESTA DATA, faço conclusão destes autos.

Mossoró/RN, 7 de maio de 2019

ANGELA MARIA SOARES DA COSTA

Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

Processo nº: 0809952-19.2018.8.20.5106

AUTOR: MARCIO SEVERO DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### DECISÃO

Tendo em vista a ausência de contestação da parte ré, observando a Portaria Conjunta nº 16/TJ, vigente desde o dia 23 de março de 2018, decrete a revelia em relação a esta.

No entanto, considera-se imprescindível a realização da perícia nas ações de cobrança de Seguro DPVAT para o aferimento do grau de repercussão da lesão advinda do sinistro e, conseqüentemente, para que se possa quantificá-la, a fim de chegar-se ao valor devido ao(a) autor(a) pela seguradora.

O Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em sua cláusula primeira consta expressamente:

1.1. A realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos Magistrados em quaisquer ações que envolvam o seguro DPVAT, independente de qual seja entidade/seguradora demandada;

1.2. O magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada as partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;

1.3. As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais), independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).



A parte autora requereu a realização de perícia médica na petição inicial.

Destarte, defiro a perícia requerida.

Determino o encaminhamento dos presentes autos ao CEJUSC, através do fluxo "PJE CEJUSC DPVAT - PERÍCIA", para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos os autos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 9 de maio de 2019.

**UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES**

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS DA REGIÃO OESTE

Origem: 6ª Vara Cível

"Quem concilia sempre sai ganhando!"

**ATO ORDINATÓRIO**

Com fundamento no art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, **INCLUI** o presente feito na pauta do Mutirão DPVAT de Perícias.

Para tanto, **INTIMO** à parte autora, para comparecer ao referido **MUTIRÃO**, que se realizará **no dia 22.08.2019 das 8h00 às 11h00min**, no 4º Andar do Fórum Dr. Silveira Martins, com endereço na Alameda das Carinaubeiras, 355 - Costa e Silva, munida de documento pessoal (Identidade e CPF) e exames médicos complementares.

Cientificando-o(a) de que, caso não compareça, deverá apresentar justificativa, dentro do prazo de 10(dez) dias, sob pena de extinção do processo.

INTIMO, ainda, os patronos das partes, para acompanharem a **PERÍCIA**, no dia e ora acima designado. Aludida intimação será realizada através de edital de intimação, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, contendo toda a pauta do MUTIRÃO.

Devendo, o causídico do autor, informar nos autos, o **ENDEREÇO ATUALIZADO** de seu constituinte contendo: nome da rua, número, bairro e CEP.

Mossoró, 17 de junho de 2019

**Ana Joelma do Amaral**

Auxiliar/Técnico/Chefe de Secretaria

CEJUSC/OESTE



**André Marcos Queiroz**

Auxiliar Técnico/Chefe de Secretaria em Substituição

CEJUSC/OESTE







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

### **CARTA-INTIMAÇÃO - MUTIRÃO PERÍCIA**

Processo nº: **0809952-19.2018.8.20.5106**

**Nome: MARCIO SEVERO DA COSTA**

**Endereço: Rua Presidente Castelo Branco, nº 79, Bom Jardim, MOSSORÓ - RN - CEP: 59618-654**

Com a presente, expedida nos referidos autos, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** para comparecer **ao MUTIRÃO DE PERÍCIA, APRAZADO** para o dia **22.08.2019, das 08h as 11h**, que será realizada no 4º Andar do Fórum Dr. Silveira Martins, Na Alameda das Carinaubeiras, 355 – 4º Andar - Presidente Costa e Silva - CEP: 59625-410, Mossoró/RN, cientificando-o(a) de que, caso não compareça, deverá apresentar justificativa, dentro do prazo de 10(dez) dias, sob pena de extinção do processo.

MOSSORÓ/RN, 18 de junho de 2019

**Ana Joelma do Amaral**

Chefe de Secretaria

